



VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ?

água, soberania, direitos, democracia, saber...

Boletim informativo do 11º Congresso das/os trabalhadoras/es em educação Chico Mendes

Edição nº 2 | Sexta-feira, 17 de agosto de 2018

Sindicato dos Professores no Distrito Federal | www.sinprodf.org.br



Os ataques contra a educação pública



Edileuza Fernandes da Silva, Yuri Soares Franco, Berenice D'Arc Jacinto e Ana Maria de Moreira compuseram a primeira mesa desta sexta (17)

No segundo dia da programação do 11º Congresso das (os) Trabalhadoras (es) em Educação Chico Mendes, a primeira mesa desta sexta-feira (17) abordou a “Gestão Democrática, Avaliação e BNCC”, com a presença na mesa de Berenice D’Arc Jacinto e Yuri Soares Franco (diretores do Sinpro). As palestrantes convidadas foram Edileuza Fernandes da Silva e Ana Maria de Albuquerque Moreira (professoras da Faculdade de Educação da UnB).

A professora Ana Maria enfatizou a importância da Gestão Democrática no processo de democratização do país, construída através de participação (principalmente nas decisões e projetos político-educacionais), descentralização e autonomia (na definição das propostas pedagógicas). De acordo com a educadora, “políticas,

programas e projetos são essenciais para que a Gestão Democrática seja praticada nas escolas públicas, pois a escola hoje também é formuladora de políticas e não apenas concretiza o que já recebe pronto”.

“A Emenda Constitucional nº95 aniquilou o Plano Nacional de Educação”

Ana Maria de Albuquerque
professora da UnB

Em seguida ela apresentou o cenário da educação no país em um contexto pós-golpe de 2016. Sobre todos os

ataques do governo ilegítimo, como a Emenda Constitucional 95 (com o teto dos gastos públicos), além dos retrocessos político-educacionais, como a militarização das escolas públicas, a Escola Sem Partido (Lei da Mordaça), a reforma do Ensino Médio e a BNCC.

Para a educadora, “a militarização das instituições de ensino quebra a autonomia das escolas públicas e dos professores, além de negar a identidade da própria escola”. Já sobre a Emenda Constitucional nº 95, ela define que “a EC 95 aniquilou o Plano Nacional de Educação, impossibilitando o cumprimento de suas metas”. Outra ameaça para a Gestão Democrática é a Escola Sem Partido, pois “ataca o pluralismo, a diversidade e a escola como um espaço democrático”.

Edileuza Fernandes apresentou a BNCC como um projeto pedagógico, ide-

ológico, econômico e político. “Em três anos, tivemos um tsunami, uma revolução negativa que ignora as conquistas do PDE e PNE”, diz. Prossegue afirmando que o BNCC é uma reforma com total apoio da mídia e contesta a falácia do governo Temer, de que houve participação “de milhões de estudantes e professores no site do MEC” para sua formulação.

De acordo com a professora, “BNCC não é currículo. Currículo é algo coletivo, social, que representa uma construção coletiva com educadores. Defendemos o currículo poderoso e não o currículo do poderoso”.

Edileuza aponta os cortes de investimentos do MEC para a CAPES, sacrificando diretamente quatro metas do PNE. “Isso vai impactar na formação dos professores e consequentemente, na formação dos próprios estudantes”.

Os desafios da educação para o Brasil

Os desafios enfrentados pelo Brasil na Educação foi a temática discutida no segundo dia de debates do 11º Congresso dos(as) trabalhadores(as) em Educação Chico Mendes. Composta pela professora doutora em Educação pela UnB, Olgamir Amância, pelo professor doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Eudes Raiman, e pelo professor e ex-reitor da UnB, José Geraldo de Sousa, a mesa trouxe como tema **Os desafios da educação para o Brasil no contexto do golpe de estado e a lógica privatista do mercado neoliberal.**

Segundo os palestrantes, a educação foi a primeira área atacada em todas as frentes, exemplo da (contra) reforma do Ensino Médio, do congelamento dos investimentos, da Escola



Professor e ex-reitor da UnB, José Geraldo, abriu a segunda mesa do dia

sem Partido, da dilapidação das universidades públicas, a entrada das chamadas Organizações Sociais na educação pública e do sucateamento das universidades e escolas públicas

como forma de justificar a privatização da educação. “A educação está no centro do golpe. O projeto do golpe é de atacar um modelo democrático e que visa a valorização do profissional e da

educação, para consolidar esta política golpista imposta pelo governo Temer”, ressaltou o professor José Geraldo.

Para Olgamir Amância, considerando a importância da educação, a discussão do tema nesse congresso é essencial. “Toda mudança deve ser feita pensando nas melhorias para o país, na educação. A resistência, hoje, é fundamental para que a democracia seja respeitada e que possamos barrar este golpe”. O professor Eudes Baiman finaliza dizendo que a área educacional está na alça de mira das medidas impostas pelo golpe. “O que vemos é a diminuição de verbas para a educação, medidas que modificam vários pontos, exemplo da BNCC e a reforma Trabalhista. Tudo isto destrói a força de trabalho e a busca por uma educação de qualidade”.

Tese 1 vence com mais de 80% dos votos

Na manhã dessa sexta-feira (17) foram debatidas as quatro teses apresentadas dentro do prazo estatutário. Após serem colocadas para a apreciação dos delegados e delegadas, foi escolhida como tese guia a de número 1, apoiada pela diretoria do Sinpro, que trouxe como tema: **Lutar pela democracia, pela soberania nacional, pelos direitos do povo trabalhador, pela educação pública, gratuita, de qualidade, democrática, inclusiva, laica e para todos e todas. Estatutariamente, o Congresso avalia teses encaminhadas pela categoria e pela própria direção do Sindicato dos Professores.**

Segundo o diretor do Sinpro Júlio Barros, que defendeu a proposta vencedora juntamente com o diretor do sindicato Jairo Mendonça, a tese destaca a conjuntura internacional, nacional e local, focando nas políticas educacionais. No Brasil, aprofunda-se o estado de exceção, com as manipula-

ções que romperam a ordem democrática e constitucional, e representam, claramente, os interesses do capital financeiro combinados com um profundo desprezo pela ideia de nação, de identidade e de soberania. No quesito internacional, lembra Jairo Mendonça, a crise do capitalismo e a aplicação por parte de governos neoliberais e sociais democratas de planos de ajuste fiscal inspirados pelo FMI contra os direitos dos trabalhadores levou o povo a votar em partidos conservadores, abrindo espaço para eleição de governos e parlamentares antipovo.

“Colocamos para o plenário que este golpe midiático, jurídico e parlamentar tem um tripé, que era contra a classe trabalhadora. A prisão do presidente Lula e todo esforço empenhado pelos que orquestraram o golpe e pelo juiz Sérgio Moro para que ele não seja candidato é mais um processo do golpe, e precisamos lutar para que a democracia seja respeitada. Por tudo isso o conjunto dos delegados e delegadas compreendeu a nossa mensagem e obtivemos mais de 80% da votação”, ressaltou Júlio Barros.

